

NOSSA CAPA

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

V. 129 n. 07/09 – jul./set. 2009



EscolaNaval, foto Aerocolor 19727



Nesta edição

- Escola Naval – 200 anos
- Submarino Nuclear
- Aviação Naval
- Air France, Voo 447

ESCOLA NAVAL: 200 ANOS NO BRASIL – 1808-2008

ANTONIO LUIZ **PORTO** E ALBUQUERQUE
Capitão de Fragata (RM1)

SUMÁRIO

Em Portugal

No Brasil

Independência do Brasil – Escola Naval de Portugal

A Escola Naval do Brasil

Destino

O tema de que agora se trata é muito caro ao pessoal de História, muito especialmente aos oficiais de Marinha: os 200 anos da Escola Naval no Brasil.

Esse tema nos leva, antes de mais nada, a uma reflexão sobre o mar. Se os continentes se separam, se a terra encontra marcas e limites naturais de divisão entre os países, o mar é único e indivisível. Mesmo

apresentando características diversas de fauna, de salinidade, de temperatura e de outros elementos, o mar é uma vocação; o mar é uma infinidade; o mar é beleza terrível e beleza serena; o mar é o horizonte pleno dos astros da abóbada celeste; o mar nos aproxima mais de Deus, porque, como disse um marinheiro de outrora, o mar ensina o homem a rezar.

N.R.: O autor produziu a matéria “A Academia Real dos Guardas-Marinha” que está publicada na História Naval Brasileira – Segundo Volume – Tomo II – págs. 353 a 367, e que é a base para o atual artigo.

É bacharel em História e doutor em Filosofia. Foi professor de História Naval na Escola Naval por cerca de 30 anos e é colaborador assíduo da *RMB*.

É impressionante ver e sentir a unidade transmitida pelo mar, que se percebe nos usos e costumes daqueles que com ele lidam, por toda parte do globo. Pescadores, marinheiros, homens do mar, enfim, unem-se por traços comuns tão fáceis de identificar. Entre as Marinhas de guerra, especialmente, até seus uniformes e suas cores se parecem: o azul e o branco e os botões de âncora dourados são um sinal comum das instituições marinheiras militares.

Não se podendo negar tal identidade tão evidente, vimos encontrar o exemplo mais perfeito de entrelaçamento de destinos históricos, o ponto de interseção mais definido que penso ser possível encontrar entre dois povos. É o caso de Portugal e do Brasil, por meio de suas Marinhas e, mais particularmente, de suas Escolas Navais: a Escola Naval brasileira foi criada por uma rainha portuguesa, e a Escola Naval portuguesa foi criada por uma rainha brasileira; ambas chamadas Maria, a primeira e a segunda daquele nome, respectivamente.

Como isso se fez, só o destino histórico pode explicar, lembrando o pensamento histórico-teológico de Bossuet, para quem o homem se agita e a providência o conduz.

EM PORTUGAL

Povo essencialmente marítimo, os portugueses experimentaram a vida do mar, quer para fins de subsistência, fins mercantes ou militares, abstraindo-se, por longo tempo, de instrução teórica. Esta contemplou particularmente os pilotos, na Aula

do Cosmógrafo-Mor, iniciada por Pedro Nunes, no século XVI, e que existiu por cerca de duas centúrias. A manobra do navio, porém, a cargo do mestre, e o comando militar, por conta do capitão, só “vendo, tratando e pelejando”, como disse Camões¹, se aprendia.

A primeira tentativa de se sistematizar a formação profissional do oficial de Marinha deu-se em 1761, num contexto modernizador impulsionado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Naquela oportunidade, criavam-se em Lisboa 24 vagas de guardas-marinha, de inspiração francesa,

a serem preenchidas por jovens fidalgos, que se destinavam à carreira de oficiais da armada real. Deveriam, assim, ter eles instrução e habilidade para alcançarem postos maiores. Logo no ano seguinte, 1762, abria El-Rei Dom José I 24 vagas de tenentes

de mar, às quais podiam concorrer os guardas-marinha criados no ano anterior. Ainda em 1762, Dom José criou na cidade do Porto 18 guardas-marinha e 12 tenentes de mar, “com aula e residência na mesma cidade”, para guarnecerem fragatas armadas por seus habitantes na defesa daquela costa.

Esse foi, na Marinha, apenas o começo, que correspondia a um esforço maior, o de desenvolver intelectualmente a sociedade portuguesa, dando-lhe instrumentos ágeis para progredir rapidamente.

Não foi outra a inspiração da Aula do Comércio, estabelecida em 1759, de tão notáveis resultados para a burguesia de Portugal, dotando-a de novos meios para a

A Escola Naval brasileira foi criada por uma rainha portuguesa, e a Escola Naval portuguesa foi criada por uma rainha brasileira

1 Camões, Luís de. *Os lusíadas*, Canto X, CLIII.

atividade mercantil, de modo a concorrer em melhores condições com seus colegas ingleses e franceses, principalmente. Sobre esse assunto, o eminente heurista que foi Marcos Carneiro de Mendonça publicou primoroso trabalho sob o título *Aula do Commercio*, em edição da Xerox do Brasil S.A.

Era o abrir-se de Portugal para a modernidade, por meio da educação.

Também a velha aristocracia portuguesa foi contemplada com a fundação em Lisboa, em 1761, do Colégio Real dos Nobres, que devia dar a seus filhos esmerada educação, sob rigorosa disciplina.

A tentativa, porém, de formar oficiais a partir dos moldes do decreto de 1761, que criou os guardas-marinha de Lisboa, não deu certo. Mostraram eles pouca aplicação, segundo o texto do diploma legal que extinguiu aquele sistema, em 1774. O ilustre comandante Manuel Primo de Brito Limpo Serra, professor de Direito da Escola Naval portuguesa, em sua brilhante conferência “Da Companhia de Guardas-Marinha à actual Escola Naval portuguesa”, pronunciada no Alfeite em 3 de maio de 1982, lembra o Almirante Almeida d’Eça, para quem a abolição dos guardas-marinha foi menos inspirada por sua pouca aplicação do que pela feroz rivalidade entre o Marquês de Pombal e a velha aristocracia portuguesa, justamente num momento em que a luta entre eles era mais viva. Pois o marquês extinguiu aquela classe dos guardas-marinha, exclusivamente de fidalgos, que tinham a graduação de alferes de infantaria, e a substituiu pelos “voluntários exercitantes”, dispensados da provança de nobreza e com praça e razão de grumetes.

E assim a oficialidade da Armada Real, que já contava com alguns notáveis elementos oriundos desses dois métodos anteriores, diversos entre si, de preparação quase exclusivamente prática, somente

veio a ter uma estrutura sólida de caráter acadêmico para sua formação em 1779, quando já Pombal estava em desgraça e reinava D. Maria I, tendo como ministro da Marinha Martinho de Melo e Castro. Tratava-se, desta vez, da criação da Academia Real da Marinha, onde se ministravam sólidos cursos matemáticos em três anos, formando pessoal qualificado para a engenharia militar e para a Armada Real, como oficiais combatentes ou pilotos. Num curso de dois anos, em que, portanto, se excluíam as cadeiras de Álgebra e sua aplicação à Geometria, Cálculo Diferencial e Integral, Estática, Dinâmica, Hidrostática e Ótica, preparavam-se pilotos para a Marinha Mercante. O pessoal destinado à Armada ainda se obrigava a dois anos de embarque após o curso, devendo os que pretendessem postos de tenente para cima fazer viagem à Índia ou ao Brasil.

Tal foi a Academia Real de Marinha, a primeira instituição a dar formação acadêmica de peso aos oficiais da Armada Real. Ela funcionou desde logo no Colégio Real dos Nobres e existiu em Lisboa até 1837, quando foi transformada em Escola Politécnica. Nela, até pouco antes da independência do Brasil, foi lente Francisco Vilela Barbosa, depois ministro da Marinha de D. Pedro I e Marquês de Paranaguá. Mais tarde, em 1801, o príncipe regente Dom João instituiu na cidade do Porto outra Academia Real de Marinha, que veio a substituir as antigas “aulas de navegação” que lá havia desde 1764. Esta academia também se transformou em Escola Politécnica no mesmo ano que a de Lisboa.

Malgrado engano de alguns historiadores, nenhuma dessas academias veio para o Brasil e nenhuma delas tem qualquer relação direta com nossa Escola Naval, cujo segundo centenário de criação deu-se em 1982 e o segundo centenário de instalação no Brasil é em 2008.

Os discípulos da Academia Real de Marinha eram, entretanto, paisanos e não tinham, pois, a formação militar necessária para o serviço na Armada Real. Desejando, então, apurar a preparação dos futuros oficiais da Armada, dando-lhes também formação militar além da acadêmica, a rainha dona Maria I criou, em 14 de dezembro de 1782, a Companhia de Guardas-Marinha em Lisboa, dizendo em seu decreto que tinha por fim “que na Marinha haja oficiais hábeis e instruídos para me servirem com utilidade”. Estava morto o Marquês de Pombal e renasciam os guardas-marinha, organizados militar e administrativamente na respectiva companhia, com 48 vagas, às quais somente podiam concorrer os da fidalguia e alguns outros escolhidos, filhos de capitães-tenentes e sargentos-mores para cima, ou que tivessem sido premiados na Academia Real de Marinha.

Todos, como regra geral muitas vezes desrespeitada, entre 14 e 18 anos de idade à época da admissão.

Os estudos desses rapazes passaram a fazer-se por meio duma academia que lhes era específica, chamada, a princípio, de Academia da Companhia de Guardas-Marinha. Pelo menos a partir de 1790, consagrou-se, pelo uso, o nome Academia Real dos Guardas-Marinha, reconhecido oficialmente pela Carta de Lei de 1º de abril de 1796, que lhe baixou os primeiros estatutos.

Os trabalhos acadêmicos abriram-se em 24 de março de 1783, na Casa das Formas do Arsenal de Marinha, na antiga Ribeira das Naus, em Lisboa.

Da turma que nesse primeiro ano concorreu às aulas e teve praça de guarda-

marinha, constava o famoso poeta português Manuel Maria Barbosa l’Hedois de Bocage, matriculado – como hoje diríamos – em 2 de agosto de 1783.

Muitos historiadores brasileiros e portugueses acreditaram que a Academia Real dos Guardas-Marinha foi criada em 1796, porque datam daí seus estatutos e porque a legislação portuguesa não a menciona até então. As pesquisas, porém, que fiz em Lisboa em janeiro de 1982, inspirado pelo saudoso e insigne mestre que foi o Almirante Teixeira da Mota, trouxeram à luz os primeiros registros da Academia, desde o ano de 1783, incluindo algumas anotações

referentes ao ano anterior, registros esses concernentes à nomeação de professores, ao estabelecimento do currículo, aos horários das aulas, à matrícula dos alunos, a providências administrativas e disciplinares

que, enfim, deram vida à Companhia de Guardas-Marinha e a sua Academia Real. Também foram encontrados os dois primeiros documentos básicos que regiam a vida da Companhia e sua Academia, que eram: o “Regulamento provisional que por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês de Angeja capitão general da Armada devem observar os guardas-marinha dentro e fora da Academia”, de 25 de março de 1783, e o “Regulamento provisional para serviço e instrução dos destacamentos de guardas-marinha embarcados em os navios e fragatas da rainha minha senhora”, baixado em 25 de abril do mesmo ano. Todos esses papéis estão na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa². Um terceiro documento que julgo completar o trio

A rainha dona Maria I criou, em 14 de dezembro de 1782, a Companhia de Guardas-Marinha em Lisboa

2 Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, código 6473.

regulador dessas instituições, o “Regulamento provisional da Companhia de Guardas-Marinha”, vim a encontrá-lo, ou o que suponho sê-lo, na Seção de Manuscritos de nossa Biblioteca Nacional, em setembro de 1982³. Embora sem data anotada, estimei-a como sendo 1785, pelos estudos que fiz desse importante documento com 122 páginas.

Nasceram assim a Companhia de Guardas-Marinha e sua Academia Real. Em seu comando e direção ficou o Marechal Conde de São Vicente, então com exercício na Marinha, desde sua nomeação em 1783 até sua morte em 1795.

Em 1788, a legislação consagrou o costume, havido pelo menos três anos antes, de chamar de “aspirantes a guarda-marinha” os novos alunos do primeiro ano matemático, que deviam passar por provas de devotamento aos estudos, de disciplina e de aptidão para a vida no mar, antes de serem nomeados guardas-marinha.

Entre aulas teóricas das disciplinas acadêmicas, aulas práticas das chamadas “artes do marinheiro”, exercícios militares e embarques para a prática de navegação e de outros assuntos, aspirantes e guardas-marinha, acompanhados de seus mestres, foram tecendo as tradições que perduraram por dois séculos na formação de oficiais de Marinha em Portugal e no Brasil.

Comandada interinamente desde 1795, a Companhia de Guardas-Marinha veio a

ter seu comando efetivo entregue, em 1799, a um distintíssimo lente de sua Academia Real, o então Capitão de Fragata José Maria Dantas Pereira. Em 1807, ele também foi nomeado diretor da mesma Academia, acumulando-se novamente os dois cargos numa só pessoa.

NO BRASIL

Ao iniciar-se o último trimestre de 1807, a iminência da invasão francesa e as pressões britânicas encaminhavam o governo português para a decisão de abandonar Lisboa, transferindo-se para o Brasil. A 29 de novembro, de fato, o Estado português e não apenas a corte, como lembra o eminente mestre Pedro Calmon⁴, passava a vela pela barra do Tejo, rumo ao Novo Mundo. Um mês antes, contudo, a 29 de outubro, a Companhia de Guardas-Marinha e sua Academia embarcavam já a bordo da *Nau Conde Dom Henrique* para virem para o Brasil. Acompanhavam-

Em 1788, a legislação consagrou o costume, havido pelo menos três anos antes, de chamar de “aspirantes a guarda-marinha” os novos alunos do primeiro ano matemático

nas seu comandante e diretor e dois de seus lentes, sendo que um terceiro professor já se encontrava na Bahia àquela altura. Seu efetivo era então de 25 discípulos, dentre aspirantes e guardas-marinha, dos quais apenas 14 embarcaram na *Conde Dom Henrique*. “Em novembro, ainda em Portugal, houve pelo menos três promoções de aspirantes a guardas-marinha. Alguns alunos deixaram efetivamente de acompanhar a rainha e o príncipe regente nessa viagem

3 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-13-2, 24.

4 Calmon, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. 4, p. 1.376.

para o Brasil, ou porque estavam no estrangeiro ou porque eram menores de 15 anos, ou estavam doentes ou por outros motivos. É certo que pelo menos cinco guardas-marinha já haviam concluído o curso. Três ou quatro deles viajaram acompanhando os pais em outros navios.”⁵

É importante notar-se que nenhuma outra instituição acadêmica se transferiu para o Brasil. A universidade ficou em Coimbra; a Aula do Comércio e as Academias de Marinha e de Fortificações quedaram-se no Porto e em Lisboa. Que curiosa distinção fizera apenas a Academia Real dos Guardas-Marinha e a respectiva Companhia cruzarem o Atlântico em busca do Rio de Janeiro?

O fato é que, em 18 de janeiro de 1808, chegava à Baía de Guanabara a Nau *Conde Dom Henrique*. Em maio, Dantas Pereira recebia ordens para instalar a Academia no Mosteiro de São Bento, que seria entre nós sua primeira sede. Ainda nesse mês devem ter-se aberto as aulas, fazendo-se a nomeação de seu secretário⁶. Em junho, Dantas Pereira fazia a sugestão de criar-se um periódico a cargo dos lentes da Academia, “por meio do qual prontamente se difundisse no Brasil o conhecimento dos melhores procedimentos e das invenções modernas da indústria humana, concernentes aos ofícios, artes e

ciências; sem aliás omitir o passado, que pareça merecer esta divulgação”⁷. Isto mal surgida a Imprensa Régia, no mês anterior, e três meses antes de aparecer a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que inaugurou a imprensa periódica no Brasil⁸. Nesse mesmo documento, Dantas Pereira propunha a reforma da Academia Real dos Guardas-Marinha, de modo a torná-la “uma Academia destinada ao ensino das Matemáticas em geral, e das artes e ciências navais em particular, vindo portanto a equivaler em certo modo às Reais Academias da Marinha e dos Guardas-Marinha estabelecidas na cidade de Lisboa; e à faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra”⁹. E ainda continuou Dantas Pereira, dirigindo-se ao ministro da Marinha,

É importante notar-se que nenhuma outra instituição acadêmica se transferiu para o Brasil

Visconde de Anadia: “Bem desejei acrescentar uma aula da Notícia Geral do Comércio e Mercantil Escrituração, pois que os discípulos, passando do primeiro ano matemático para esta aula, habilitar-se-iam, sem maior despesa, para os mesmos fins a que se destinavam em Lisboa, aqueles que freqüentavam a (Aula) do Comércio”¹⁰. E ainda registrou uma observação sobre o Brasil, dizendo: “Também me lembrou ajuntar à Faculdade Matemática a das Ciências Naturais, atendido o muito que convém presentemente no Brasil a difusão do co-

5 Albuquerque, A. L. Porto e. “A Escola Naval do Brasil de 1808 aos nossos dias”; conferência pronunciada na Escola Naval portuguesa, no Alfeite, em 3/5/1982, na abertura das comemorações do bicentenário da criação da Companhia de Guardas-Marinha. (Ver Arquivo Geral da Marinha, Lisboa, caixa 142, nºs 170 e 171).

6 Ofício de Dantas Pereira ao Visconde de Anadia, de 18/5/1808 (Arquivo Nacional seção do Poder Executivo, XM 60).

7 “Apontamentos” anexos ao ofício de Dantas Pereira ao Visconde de Anadia, de 9/6/1808 (Arquivo Geral da Marinha, Lisboa, caixa 142, nºs 178 e 179).

8 Calmon, Pedro, ob. Cit., p. 1.378.

9 “Apontamentos” citados em 7.

10 Ofício citado em 7.

nhecimento destas ciências: cheguei mesmo a traçar algumas linhas a este respeito, mas enfim não foi por isto o que V. Exa. me mandou”¹¹. Na verdade, parece-me que Dantas Pereira tivera ideias ainda mais ousadas, pois atribuo a sua autoria alguns rascunhos em que se manifesta a ideia de reunir numa única academia os estudos que se faziam em Lisboa em cinco academias diferentes, chamando a nova instituição de Academia Militar, Náutica e Econômica. Seria a primeira universidade brasileira¹².

A Academia Real dos Guardas-Marinha inaugurou, no Brasil, os estudos superiores. Em seu primeiro ano letivo, em 1808, abriu-se ao público, recebendo alunos paisanos. Foi procurada até por um frade, frei José Policarpo de Santa Gertrudes, que nela requereu matrícula¹³. Penso, assim, que a Academia polarizou os estudos no Rio de Janeiro, sendo, pelo menos num documento oficial, referida como “Academia de Matemática em São Bento”¹⁴.

Não apenas no âmbito educacional a Academia dos Guardas-Marinha foi pioneira. No campo da cultura ela se apresentou

A Academia Real dos Guardas-Marinha inaugurou, no Brasil, os estudos superiores

como um expoente, guardando em sua biblioteca uma invejável coleção de importantíssimos manuscritos, muitos dos quais oriundos da Torre do Tombo, em Lisboa. Dentre estes, aponto a carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei Dom Manuel sobre o descobrimento do Brasil. Essa Biblioteca foi catalogada em 1812 por Dantas Pereira. Comparando seu catálogo, hoje na Seção de Manuscritos de nossa Biblioteca Nacional¹⁵, com outros documentos que tive à mão, assaltou-me a dúvida quanto à origem de suas obras impressas. Estas certa-

mente não acompanharam a Academia a bordo da Nau *Conde Dom Henrique*, como por tanto tempo se pensou¹⁶. Podem ter vindo depois, de Lisboa, ou então foram adquiridas por outros

meios, como por exemplo a partida de livros encomendada na Inglaterra, vinda a bordo do navio *Albion*, que deixou de seguir para Lisboa por causa do bloqueio daquele porto¹⁷. Quanto aos manuscritos, estes sim devem ter vindo com a Companhia de Guardas-Marinha e sua Academia, juntamente com farta documentação cartográfica de grande valor, antes pertencen-

11 Idem.

12 Manuscrito no Arquivo Geral da Marinha, em Lisboa, caixa 142, nºs 176 e 177.

13 Ofício citado em 7.

14 Carta patente de nomeação do Padre Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes Antas para professor de Desenho da “Academia de Matemática em São Bento”, na verdade Academia Real dos Guardas-Marinha, como se depreende do próprio texto da carta patente. Livro de Registro. (Arquivo Nacional, Seção do Poder Executivo, XM 1217).

15 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 7, 4, 92.

16 No dia seguinte da leitura deste texto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18/11/1982, chegou-me às mãos, enviada de Lisboa pelo comandante Limpo Serra, já citado, a fotocópia do “inventário de tudo quanto pertence à Real Academia dos Goardas Marinha e vai embarcar para o Rio de Janeiro em a charrua São João Magnânimo por ordem do exmo.sr. barão da Arruda, almirante da Armada real”. Esse documento elucida tudo. Os pertences da Academia, inclusive biblioteca, estandarte, instrumentos, objetos mais diversos, tudo veio depois, entre 1809 e 1810. O documento não tem data. (Arquivo Geral da Marinha, Lisboa, caixa 142 nº 392).

17 “Apontamentos” citados em 7.

cente à Sociedade Real Marítima e que, a pedido de Dantas Pereira, lhe foi entregue a bordo da Nau *Conde Dom Henrique* no dia 27 de novembro de 1807, antevéspera da partida, por ordem do Visconde de Anadia¹⁸. Estes papéis dividiram-se aqui entre a biblioteca da Academia e o Arquivo Militar. E muita coisa desapareceu. Algo deve ter regressado para Lisboa, particularmente dentre os manuscritos.

Em 4 de junho de 1810, quis o infante almirante-general, Dom Pedro Carlos, mandar abrir ao público a Biblioteca da Academia Real dos Guardas-Marinha, “considerando não haver nesta corte biblioteca pública”¹⁹, apenas criada esta quase cinco meses depois, com os livros trazidos por Dom João da Biblioteca Real da Ajuda²⁰. Dantas Pereira se opôs a tal medida²¹ e nisso deixou nossa Academia de ser mais uma vez pioneira²².

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – ESCOLA NAVAL DE PORTUGAL

Quando do regresso do rei Dom João VI para Portugal, em 1821, e da regência de Dom Pedro, continuou a Academia dos Guardas-Marinha funcionando no Mosteiro de São Bento. Apertando-se o cerco contra o regente, o ministro da Marinha em Portugal baixou uma portaria, em 4 de ja-

neiro de 1822, comunicando ao Conselho do Almirantado, em nome do rei, que foram “expedidas as ordens necessárias para o regresso da Companhia dos Guardas-Marinha do Rio de Janeiro, seu cartório e biblioteca”²³. O príncipe regente Dom Pedro não consentiu no cumprimento de tais ordens. Ficou no Rio de Janeiro a Companhia de Guardas-Marinha com sua Academia, conservando-se aqui seus pertences.

Em 7 de setembro de 1822, veio o Grito do Ipiranga. Já em outubro, três professores tiveram licença para regressar a Portugal²⁴. Alguns alunos fizeram o mesmo. Em novembro, adotou-se na Companhia a bandeira do Império²⁵. Em dezembro veio a ordem para tomar-se o juramento do pessoal da Companhia e da Academia, na Câmara²⁶. A grande maioria aderiu, inclusive o comandante da Companhia e diretor da Academia, chefe de divisão Francisco Maria Teles, nesses cargos desde 1817, em substituição a Dantas Pereira, do qual fora por longos anos imediato. Àquela altura, Dantas Pereira regressara a Portugal, já como chefe de esquadra.

Em 25 de março de 1824, veio a Constituição do Império. A 7 de abril, lavrou-se a ata do juramento de fidelidade à Constituição, prestado por quase todo o pessoal da Companhia e da Academia²⁷. Os poucos que não quiseram fazê-lo regressaram defi-

18 Ofício de Dantas Pereira ao Visconde de Anadia, de 26/11/1807; o despacho, escrito no próprio ofício, é do dia seguinte. (Arquivo Geral da Marinha, Lisboa, caixa 142 nº 175).

19 Ofício do Quartel-General da Marinha a Dantas Pereira, de 4/6/1810 (Arquivo da Marinha, códice 20472).

20 Calmon, Pedro. Ob. Cit., p. 1.380.

21 Ofício do Quartel-General da Marinha a Dantas Pereira, de 5/6/1810 (Arquivo da Marinha, códice 20472).

22 Arquivo Geral da Marinha, Lisboa, caixa 2 nº 675.

23 Arquivo Geral da Marinha, Portugal, caixa 2 nº 675.

24 Portaria do ministro da Marinha, de 3/10/1822 (Arquivo da Marinha códice 20.477).

25 Idem, de 22/11/1822 (Arquivo da Marinha, códice 20472).

26 Idem, de 11/12/1822 (Arquivo da Marinha, códice 20477).

27 Scavarda, Levy. “A Escola Naval através do tempo” in *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1955, v. XIV, p. 67.

nitivamente para Lisboa. Estes continuaram por lá seus estudos, na Academia Real de Marinha, que por aquelas bandas permanecera.

Organizou-se uma nova Companhia de Guardas-Marinha em Portugal, sem jamais se reestruturar completamente por lá sua Academia. O que dessas organizações lá restou extinguiu-se pelo decreto de 23 de abril de 1845, de Dona Maria II, que criou a Escola Naval portuguesa²⁸.

A ESCOLA NAVAL DO BRASIL

No Brasil, a instituição prosseguiu com os mesmos estatutos de 1796, que durariam até 1858. Permaneceram ainda seu comandante, sua biblioteca, seu arquivo, seus pertences, enfim, e mais

que tudo ficou sua alma, ficaram suas tradições, que perduram até nossos dias. Interrupção, pois, não houve na vida da Academia, que continuou normalmente suas aulas, prestando o inestimável serviço de contribuir decisivamente para a história da educação no Brasil. Se antes, ainda em Lisboa, nela estudavam brasileiros, dentre os quais Felisberto Caldeira Brant Pontes e Horta, depois Marquês de Barbacena, e Luís da Cunha Moreira, o primeiro ministro da Marinha do Brasil independente, e também estrangeiros além de portugueses, aqui continuaram a estudar portugueses, franceses e ingleses, além de brasileiros, que, após 1822, foram se tornando sempre mais numerosos. O fato, pois, de mudar-se

Mais que tudo ficou sua alma, ficaram suas tradições, que perduram até nossos dias

a nacionalidade oficial da instituição não a destruiu nem substituiu, mas ela continuou plenamente. Pois o príncipe, retendo-a aqui, contra as ordens de seu pai soberano, garantiu sua permanência entre nós por mais 160 anos, até hoje.

Tornara-se ela “Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha”, também referida em documentos diversos como “Academia Imperial dos Guardas-Marinha”, ou simplesmente “Academia de Marinha” ou “dos Guardas-Marinha”.

Em 1832, tentou-se pôr em prática uma ideia já antiga, fundindo a Academia dos Guardas-Marinha com a Academia Militar,

esta criada em 1810, e funcionando no Largo de São Francisco, no edifício construído sobre os alicerces do que seria a sé nova. Surgiu assim a Academia Militar e de Mari-

nha da Corte²⁹, subordinada ao Ministério da Guerra e comandada pelo Tenente-Coronel José de Sousa Corrêa, antigo lente da Academia dos Guardas-Marinha. O decreto da fusão não foi nunca aprovado pela Assembleia-Geral Legislativa, e seus fins não foram alcançados³⁰. Por isso revogou-se a fusão em 1833³¹, e já em 1834 a Academia dos Guardas-Marinha estava funcionando outra vez no Mosteiro de São Bento, onde ficaria até 1839. A documentação pertinente a essa fase, dos anos de 1832 e 1833, ainda não foi encontrada, de modo que quase nada se sabe sobre ela. O último documento da Academia Militar e de Marinha da corte, que dá conta da dissolução da respectiva congregação de lentes e tra-

28 Moraes, Tancredo. “Esboço histórico” in *Os primeiros cem anos da Escola Naval*. Lisboa: Tip. União Gráfica, 1945, p. 27.

29 Decreto de 9/3/1832.

30 Decreto de 22/10/1833.

31 Decreto de 19/12/1833.

ta de algumas providências para a liquidação daquela Academia, encontrei-o no Arquivo Nacional, entre papéis do antigo Ministério da Guerra³².

Em 1839, a Academia de Marinha, como era já mais comumente denominada, mudou-se para bordo da Nau *Pedro II*, conforme decisão da regência³³. O navio era desarmado e pouco poderia contribuir efetivamente para a parte prática da formação dos futuros oficiais. A academia, entretanto, permaneceu a bordo por dez anos. Nesse período, dois fatos muito importantes ocorreram. O primeiro, ao que se saiba nunca referido na historiografia brasileira, poderia ter alterado profundamente o panorama educacional no Brasil. Trata-se da proposta apresentada por José Cesário de Miranda Ribeiro, na Seção de Negócios do Império do Conselho de Estado, em 24 de novembro de 1842, que criaria na corte a Universidade Pedro II, primeiro estabelecimento do gênero em nosso país. Essa proposta teve parecer absolutamente favorável em 13 de julho de 1843, com as assinaturas do Visconde de Olinda, de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do próprio Miranda Ribeiro³⁴. A universidade seria criada “para o ensino das ciências sociais, exatas e naturais, consideradas em todas as suas diversas ramificações, e na sua aplicação às profissões científicas”, conforme o artigo 1º do estatuto proposto, e a comporiam as faculdades de Teologia, Direito, Matemática, Filosofia e Medicina, os cursos de ciências físico-matemáticas (onde entrariam os militares, inclusive engenheiros), curso farmacêutico, curso de partos e a Faculdade de Letras, sendo esta o Colégio de Pedro II, como anexo. Dessa

forma, seriam extintos os cursos de ciências jurídicas e sociais de São Paulo e de Olinda, as escolas de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, e as Academias Militar e de Marinha. Quanto a estas, apenas a parte prática de formação profissional ficaria por conta das respectivas organizações. Seria, vê-se, uma verdadeira revolução no sistema brasileiro de ensino. Infelizmente, não tive a oportunidade de prosseguir os estudos desse assunto para saber por que tal proposta não se transformou em lei.

O segundo fato a que me referi foi a criação da Biblioteca da Marinha em 1846³⁵, tendo como acervo inicial os livros da biblioteca da Academia de Marinha, que não foram transferidos para bordo da Nau *Pedro II*. Reduziu-se desse modo a muito pouco esta biblioteca, o que, porém, se atenuou pelo fato de se haver criado o que é hoje a riquíssima Biblioteca da Marinha, ao alcance do público, no Serviço de Documentação da Marinha (hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM). Só quem se habituou às pesquisas em fontes primárias e sabe da importância da preservação dos bens culturais é capaz de avaliar o trabalho magnífico que vem realizando há anos a equipe daquela Diretoria. Falta talvez à Marinha concentrar agora esforços redobrados em seu preciosíssimo arquivo para que se possa dispor com melhor técnica das informações que ele é capaz de fornecer, pela vasta documentação que abriga. Pois nele dorme grande parte do passado de nossa Armada, sem cujo conhecimento seremos sempre menores do que poderíamos ser.

Após dez anos a bordo da Nau *Pedro II* fundeada na Guanabara, a Academia voltou

32 Ofício do comandante da extinta Academia Militar e de Marinha da Corte ao ministro da Guerra, de 8/1/1834 (Arquivo Nacional, Seção do Poder Executivo, IG3 5).

33 Decreto de 19/12/1833.

34 Arquivo Nacional Seção do Poder Executivo XM 16.

35 Decreto nº 470, de 17/10/1846.

para terra, sem ter ainda uma sede especialmente sua, apropriada para esse fim. Instalou-se em prédio alugado no Largo da Praia, hoje Praça Mauá, exatamente no local onde se ergueu muito mais tarde o edifício de *A Noite*. Enquanto ela aí se encontrava, sofreu a primeira grande reforma de sua história. Teve fim a longa vigência de 62 anos dos estatutos de 1796³⁶. Era o ano de 1858, e a Revolução Industrial corria pelo mundo,

com profundas consequências sobre a guerra no mar. Desde 1847 tivéramos nosso primeiro navio de guerra a vapor em construção na Inglaterra. Já a guerra da Crimeia, eclodida em 1854, mostrara a superioridade dos navios a vapor sobre os a vela e apresentara ao mundo a couraça como a grande novidade para proteção das belonaves. Era preciso, pois, ajustar o passo, o que se fez. A Academia passou a chamar-se Escola de Marinha, e seu “comandante” passou a ser “diretor”. A velha Companhia de Guardas-Marinha foi sucedida pela Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinha. Ampliou-se consideravelmente a base teórica de caráter científico em função das necessidades da tecnologia.

Outros navios de guerra vinham sendo incorporados à Armada Imperial, dentre eles a última palavra da época, o Encoura-

çado *Brasil*, encomendado à França e lançado ao mar em 1864.

Enquanto a Escola de Marinha funcionava nesse mesmo local, eclodiu o maior dos conflitos de nossa história, a Guerra do Paraguai, precedida pela Campanha Oriental, de 1864. Esse conflito foi também rico de ensinamentos em todas as artes da guerra, muito especialmente no campo da logística. Nossa Armada mobilizou-se para

a construção de navios de guerra com projetos de casco e de máquinas brasileiros.

Para tudo isso, porém, notara-se que era preciso aperfeiçoar o curso acadêmico e, sobretudo, era necessário garantir-se melhor padrão intelectual dos candidatos à Escola de Marinha. Diante das dificuldades do sistema de ensino nacional, finda a guerra, criou-se em 1871 o Externato de Marinha, viveiro privilegiado para os candidatos à Escola de Marinha. Em 1876, o Externato transformou-se no Colégio Naval, como curso preparatório para a Escola de Marinha, em regime de

A velha Companhia de Guardas-Marinha foi sucedida pela Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinha. Ampliou-se consideravelmente a base teórica de caráter científico em função das necessidades da tecnologia

★ ★ ★

Deu-se aí a fusão do Colégio Naval com a Escola de Marinha, em 1886, passando esta a chamar-se Escola Naval, nome que ostenta até hoje

internato.

Essas mudanças ocorreram quando já a Escola de Marinha voltara a funcionar a bordo de um navio de guerra, desta feita a Fragata *Constituição*, onde ficou de 1867 a 1882.

36 Decreto nº 2163, de 1/5/1858.

No ano de 1882, passou a Escola para o Arsenal de Marinha, provisoriamente abrigada apenas para as aulas, enquanto os aspirantes aquartelavam-se em navios de guerra surtos no porto do Rio de Janeiro. É que a velha Fragata *Constituição* fizera água e, quase sexagenária, não apresentava mais condições de ter a seu bordo a Escola de Marinha.

A sede seguinte foi a Ilha das Enxadas, onde a Escola ficaria de 1883 até 1914. Deu-se aí a fusão do Colégio Naval com a Escola de Marinha, em 1886, passando esta a chamar-se Escola Naval, nome que ostenta até hoje. Viveu também aí a Escola Naval a grande crise da Revolta da Armada, em 1893-94, quando, sob a direção do inolvidável Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama, comungou com a Marinha heroicos ideais de uma época. Foi fechada; teve seu diretor, professores e alunos declarados desertores, mas tudo terminou com a anistia de Prudente de Moraes. A Escola reabriu em 1895 e continuou sua vida.

Quanto a suas instalações físicas, em 1887 o engenheiro Aarão Reis, o mesmo que projetou Belo Horizonte, elaborou grandioso projeto para construir-se a sede definitiva para a Escola Naval. As constantes faltas de verba, porém, não permitiram realizar-se o intento. Em 1908, na administração do Almirante Alexandrino Faria de Alencar, então ministro da Marinha, dois outros projetos se apresentaram, dos arquitetos Ludovico Berna (em estilo flamengo) e Heitor de Melo (em neoclássico), ambos destinados para a sede da Escola Naval na Ilha de Villegagnon.

Em 1914, ia finalmente a Escola Naval para sua única sede fora do Rio de Janeiro desde 1808: Angra dos Reis, na Tapera, que veio a chamar-se Enseada Batista das Neves. Abrigou-se aí em prédio recém-inaugurado, que fora construído para ser escola de grumetes. Alexandrino inverteu as coisas e trouxe os grumetes para a Ilha das Enxadas. Em Angra dos Reis a Escola ficaria até 1919, não permanecendo lá pelas dificuldades de comunicações com a capital federal existentes à época.

Até então, duas reformas importantes sofreu a Escola Naval, dentre outras. Uma em 1899, que lhe anexou a Escola de Maquinistas, num curso separado. Outra em 1914, que fundiu os dois cursos, o de Marinha e o de Máquinas. Estes dois cursos separaram-se novamente em 1920 e tornaram a unir-se em 1923.

Ocorrer a Primeira Guerra Mundial, com formidáveis ensinamentos para todas as Marinhas. Na nossa, tínhamos já a esquadra de 1910, surgida do Programa Naval de 1906.

A modernização era imperativa. Por isso, contratamos a Missão Naval americana em 1922, que reestruturou completamente os serviços navais, inclusive a Escola Naval, dando a esta uma organização administrativa que durou até 1971, inspirada em modelos norte-americanos. Vem daí, de uma recomendação de 1923, a adoção de livros-texto, substituindo as antigas apostilas, que por tantos anos serviram de base aos estudos dos aspirantes.

De volta à Ilha das Enxadas desde 1920, a Escola aí ficaria até 1938, quando se trans-

De volta à Ilha das Enxadas desde 1920, a Escola aí ficaria até 1938, quando se transferiu para sua atual sede, na Ilha de Villegagnon, construída finalmente com este propósito

feriu para sua atual sede, na Ilha de Villegagnon, construída finalmente com este propósito, por iniciativa do Almirante Protógenes Pereira Guimarães.

Em 1937, a Escola passou a dar três cursos distintos, formando oficiais para os corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes Navais (chamados depois de Intendentes de Marinha). Quanto a estes, data de 1893 a primeira proposta para serem formados pela Escola Naval com o nome de “comissários”. Em 1924, a Missão Naval Americana também formulara projeto para que os intendentes fossem formados pela Escola, o que somente veio a ocorrer, como disse, em 1937.

Desde então, a primeira grande novidade foi o curso de engenharia de operações – modalidade “mecânica” – superposto ao currículo tradicional da Escola em 1969. Tal curso respondia a uma solicitação de momento, mas não dava ainda o grande salto modernizador que a velocidade de transformação do fenômeno da guerra estava por exigir.

Vieram, pois, em 1973, os estudos que dariam nova feição à Escola, diversificando seus cursos, ampliando o leque de opções dos alunos e atendendo, assim, às necessidades de concentração de conhecimentos em áreas específicas, conforme requerido pelo serviço naval. Ao encaminhar ao diretor da Escola Naval os resultados desses estudos, em 20 de maio de 1974, o então Capitão de Mar e Guerra Mário Jorge da Fonseca Hermes sintetizou a vocação de grandeza da Escola no panorama

O então Capitão de Mar e Guerra Mário Jorge da Fonseca Hermes sintetizou a vocação de grandeza da Escola no panorama nacional com memoráveis palavras

nacional com memoráveis palavras das quais destaco:

“Pertencemos a um país que nos permite, pela pujança de sua natureza e pelas peculiaridades de seu povo, traçar nossos desígnios nessa direção de grandeza.

“A esperança crescente na realização desses desígnios é fator altamente motivador para o aspirante, tal a conotação existente entre as aspirações nacionais e a carreira das armas.

“Cabe, pois, à Escola Naval, com a responsabilidade da formação da futura elite da Marinha, proporcionar que as bases desse progresso científico-tecnológico sejam

ministradas aos futuros oficiais”³⁷.

A partir daí, a Escola Naval passou a oferecer quatro cursos, nas modalidades de Eletrônica, Mecânica, Sistemas e Administração de Sistemas, que se combinam com os três cursos anteriores tradicionais, formando doze terminalidades

possíveis. E novos cursos deverão enriquecer o currículo escolar, engendrando o que está perto de ser uma universidade naval, incluindo os cursos de pós-graduação de oficiais, que ainda um dia se hão de ver por lá.

DESTINO

Pioneira em muitas iniciativas de caráter científico e técnico em nosso país, a Marinha se tem recolhido modestamente, recatadamente, a viver sua vida própria, deixando que os frutos de seu trabalho apenas eventualmente se explicitem. É caso

37 Comunicação interna nº 049/74, de 20/5/74, do superintendente do Ensino ao diretor da Escola Naval (arquivo do autor).

exemplar a formação do homem que vive na Marinha sua profissão, nos diversos postos e graduações, do almirante ao grumete, recebendo todos apurado grau de instrução, de formação moral e cívica, vindo a contribuir para o crescimento do nível de civilização de nossa sociedade. Pois, quando retorna à vida civil, de onde veio, o homem que teve na Marinha parcela ponderável de sua educação o faz enriquecido por uma contribuição inestimável que recebeu para sua formação integral. Quer, portanto, para o estrito exercício da profissão naval, quer para o prosseguimen-

Quando retorna à vida civil, de onde veio, o homem que teve na Marinha parcela ponderável de sua educação o faz enriquecido por uma contribuição inestimável que recebeu para sua formação integral

to da vida civil, a Marinha é toda ela uma escola formadora de homens, de militares, destinados à defesa da Pátria no mar.

Por tudo isso, a sofisticação e a complexidade que alcançaram os meios de destruição, ampliando-lhes em muito o poderio, tornaram também muito mais complexos os currículos escolares e cada vez mais exigente a base moral da formação dos futuros oficiais e sua componente humanística. Nesse sentido é que se vem transformando a Esco-

la Naval. É assim que ela se renova, na juventude de seus 200 anos, desejando servir mais e melhor à Marinha e ao Brasil.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<EDUCAÇÃO>; Escola Naval; História da Marinha do Brasil; Preparo do homem;